

## **ELITES POLÍTICAS BRASILEIRAS**

**Aluno: Miguel Tiriba**

**Orientador: Eduardo Raposo**

### **Introdução**

O presente trabalho aborda o tema “elites políticas brasileiras”. Elites políticas são aqui consideradas os titulares dos principais cargos do Poder Executivo, ou seja: Presidentes e Vice-Presidentes da República, Presidentes de Empresas Estatais, Ministros e Secretários.

Foram consideradas as Secretarias com status de ministério: Secretaria da Cultura; Secretaria de Administração Pública; Secretaria de Assuntos Estratégicos; Secretaria da Ciência e Tecnologia; Secretaria de Comunicação; Secretaria de Governo e Gestão Estratégica; Secretaria de Comunicação Social; Secretaria de Desenvolvimento Urbano; Secretaria de Estado; Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Estado Planejamento e Avaliação; Secretaria de Governo; Secretaria de Planejamento de Longo Prazo; Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República; Secretaria de Projetos Sociais; Secretaria de Relações Institucionais; Secretaria do Meio Ambiente; Secretaria do Planejamento; Secretaria do Planejamento e Coordenação; Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria de Aquicultura e Pesca; Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Social; Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria de Política para as Mulheres; Secretaria de Políticas Regionais; Secretaria Especial de Portos; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Secretaria Nacional de Desporto e Secretaria Geral da Presidência.

Além dos ministérios e secretarias outros cargos da elite estudados são a presidência das instituições a seguir: Banco central do Brasil, Banco do Brasil, BNDES, Caixa econômica, Casa civil, Eletrobrás, Estado maior das forças armadas, Gabinete civil, Gabinete militar, Petrobrás, Primeiro ministro, Programa nacional da política latifundiária (1982), SUMOC, superintendência da moeda e do crédito, Presidência da república, e Vice presidência

Estamos pesquisando os atores políticos que ocuparam tais postos nos governos compreendidos entre o período João Goulart (1961-1964) e o segundo mandato de Lula (2007-2010).

De acordo com Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, em qualquer sociedade, em qualquer grupo, em qualquer época ou lugar, havia sempre uma elite que, por seus dons, suas competências e sua organização, se destacava e tinha o poder de dirigir uma maioria desorganizada e despreparada para o exercício do poder [1]. Mesmo numa sociedade democrática, onde se acredita que a maioria governa, existe sempre uma minoria organizada que, por meios materiais, intelectuais e morais, detém o poder sobre uma maioria desorganizada. Logo, segundo tais autores, a adoção do sufrágio universal serviu apenas para reforçar a legitimidade do comando da minoria sobre a maioria, cujos desígnios passavam a ser aceitos pela vontade autônoma das massas.

No Brasil, a situação não é diferente. É a minoritária elite política que é detentora do poder e, objeto do nosso estudo. Eles são os indivíduos que tomam as decisões mais importantes e que norteiam os rumos políticos do país. Através do estudo das elites políticas pretendemos entender as principais características políticas do Brasil contemporâneo. Quatro argumentos servirão de roteiro para a referida investigação.

Em primeiro lugar, investigamos as elites políticas por considerarmos ser o Estado brasileiro o principal estrategista do desenvolvimento nacional. Foi ele quem organizou a sociedade, implementou políticas públicas e encarregou-se de trazer a ordem e a segurança pública. Nunca houve um grupo social ou econômico que ameaçasse efetivamente sua força [2].

Em segundo lugar, é necessário levar em consideração que a formação das instituições públicas brasileiras foi condicionada por tradições paradoxais. O Brasil, ao mesmo tempo que incorporou valores da modernidade advindos dos processos de revoluções burguesas herdou, também, características de nossa formação ibérica. Assim sendo o Estado caminha ora em direção à implementação de políticas públicas de interesse verdadeiramente universal (democracia política, desenvolvimento econômico e justiça social), ora serve de moeda de troca em barganhas corporativas e negociações políticas [3].

O terceiro ponto nos permitirá caracterizar a transição do período nacional desenvolvimentista, com as elites estatais e industriais fortes e no centro do processo do desenvolvimento nacional (governo João Goulart até o mandato de José Sarney) para o período globalizado, no qual o mercado e as elites financeiras passaram a exercer um desempenho essencial no financiamento das atividades produtivas e do Estado brasileiro, enfraquecido pelo desajuste fiscal, pelo processo inflacionário e pelo endividamento público (do governo Collor ao primeiro mandato de Lula).

O último ponto nos leva a considerar que nos diferentes períodos governamentais aqui estudados, determinados grupos portadores de diagnósticos, características, interesses e visões de mundo são mais valorizados do que outros. Como exemplo, podemos citar os mandatos de João Goulart que por ter sido reformista na área social, teve nos titulares das centrais sindicais parte da elite política deste governo. Nos governos de Castelo Branco e Fernando Henrique Cardoso, a prioridade era estabilizar a economia através da contenção da inflação e, por isso, atribuíram grande importância ao Ministério do Planejamento e ao Banco Central. Nos governos desenvolvimentistas de Costa e Silva e Médici, o diagnóstico apontava para uma crise de segurança nacional e um crescimento econômico acelerado. As forças de segurança nacional e de economistas desenvolvimentistas foram, portanto, mais privilegiadas nestes dois mandatos.

## **Objetivos**

As características que estão sendo examinadas sobre cada um dos atores da referida elite política são: nome completo, ano de nascimento, sexo, nacionalidade, naturalidade, governo ao qual pertenceu, cargo que ocupou, data de entrada e saída da instituição que dirigiu, ligação com a iniciativa privada, profissão do pai, antecedentes políticos na família, nível de escolaridade (curso, instituição, ano de conclusão, país e estado), filiação partidária, cargos legislativos, cargo no judiciário, critério para a nomeação (cota política, técnica ou mista) e Estado de atuação política.

Procuramos, para entender o pacto federativo nacional, conhecer o Estado de atuação política dos titulares em questão.

A data de ingresso e de saída dos titulares de uma determinada instituição serve para qualificar o grau de estabilidade política de cada governo. Quando a circulação de ministros é menor, a tendência é que o governo seja mais estável. Em caso contrário, o governo está mais próximo da instabilidade política.

Pretendemos também pesquisar se os atores políticos convocados para serem titulares de determinados postos do Executivo tiveram antecedentes políticos para conhecer onde a elite política recruta seus membros.

## **Metodologia**

As principais fontes utilizadas para a pesquisa são: a página da Presidência da República, que tem a lista de todos os membros que ocuparam cargos do Poder Executivo, com data de entrada e de saída da instituição ocupada; o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV e currículos de vida adquiridos pela pesquisa.

A partir dessas referências, preenchemos manualmente questionários que, em seguida sofrem um processo de conferência para, depois, serem transpostos para o programa estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences).

Deve ser dito que a pesquisa até aqui realizada é inédita não só devido a sua abordagem como, também, em razão de sua amplitude, o que exigiu o engajamento de uma equipe acadêmica e técnica.

Considerando-se os 13 governos analisados que contemplam 850 membros dos diferentes grupos que foram alçados ao poder e as 21 variáveis em questão, serão cruzadas para análise 17.850 variáveis.

Todo esse material será submetido a uma posterior análise na qual poderemos decifrar a natureza social, política e econômica das elites políticas brasileiras nos diferentes períodos presidenciais em questão.

### **Conclusões Parciais**

O estudo teórico sobre as elites políticas brasileiras nos ajudou a estabelecer algumas comparações básicas de governos de diferentes períodos. Poderemos analisar a relação de cada ator em questão com a iniciativa privada. Podemos, também, analisar governos democráticos e autoritários, extraíndo a partir daí os critérios para a nomeação para os cargos do primeiro escalão e as realações estabelecidas com o Poder Legislativo. Abaixo temos algumas hipóteses sobre estes assuntos.

Um governo composto por diversos atores ligados à iniciativa privada prioriza o mercado como o principal agente do desenvolvimento econômico do país. Está preocupado com a estabilização da economia e, por isso, tem como prioridade conter a inflação. Exemplos desse caso são os governos de Castelo Branco e de Fernando Henrique Cardoso.

Quando poucos possuem ligação com o setor privado em um determinado governo, há a tendência de o Estado ser o principal agente regulador do processo econômico. Foi o caso dos governos desenvolvimentistas de Costa e Silva e Médici.

Em períodos democráticos, marcados pelo pluripartidarismo (vários partidos políticos com expressão no Congresso), foi preciso que os presidentes construíssem maiorias parlamentares para haver governabilidade. Logo foi necessária a realização de coalizões com diversos grupos políticos [3]. Chamamos esta característica de presidencialismo de coalizão. Para que o Executivo tivesse seus projetos aprovados pelo Legislativo, o governo federal cedeu pastas ministeriais para alguns partidos. Quando um membro somente é convocado para ocupar algum posto do executivo por possuir filiação partidária, a cota é política.

Mas um presidente não nomeia somente pessoas que pertencem a algum partido da base governista. Convoca, também, técnicos e especialistas visando a realização de suas políticas públicas para o bom andamento de seu governo.

Existem também pessoas filiadas a um partido político, mas que também são técnicas. Neste caso, a cota é mista.

A partir desta classificação dos critérios para a nomeação dos cargos, é possível observar que em períodos mais autoritários, as cotas eram técnicas, pois o presidente da República não precisava necessariamente do apoio do Congresso e não nomeava pessoas do Legislativo eleitas pelo povo. Nos governos democráticos, ocorre o contrário. Por isso a maior parte da nomeação dos ministros ocorre pelo critério de cota política.

Outro ponto importante de se ressaltar é que foi somente a partir do governo Figueiredo que pelo menos uma mulher foi nomeada para ser titular do cargo executivo. Contudo, o aumento significativo de pessoas no sexo feminino na ocupação de um posto alto do Executivo ocorreu no governo Lula.

Esses são apenas alguns poucos exemplos da análise que poderemos realizar com os dados que estão sendo colhidos.

### **Referências**

**1 – GRZYNSZPAN, M. Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica e trajetórias sociais.** 1.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999. 256p.

**2 - SANTOS, W.G. Ordem burguesa e liberalismo político.** 1 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1978. 172 p

**3 - RAPOSO, E. O Leviatã-ibérico: modernidade, corporativismo e desigualdade na formação institucional brasileira.**